

## **Aspectos da Evolução da Economia Brasileira Nos Anos 90: Década Perdida?**

**Madalena Maria Schlindwein\***  
**Pery Francisco Assis Shikida\*\***

**RESUMO:** O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar alguns aspectos da evolução da economia brasileira durante a década de 90, procurando destacar a seguinte interrogativa: seria a década de 90, uma década perdida para a economia brasileira?

**PALAVRAS-CHAVE:** economia brasileira, evolução, desemprego.

**SUMMARY:** The objective of this work consists of analyzing some aspects of the evolution of the Brazilian economy during the 90's, trying to highlight the interrogative: would be the 90's a decade lost for the Brazilian economy?

**KEY WORDS:** Brazilian economy, evolution, unemployment.

---

### **1. Introdução**

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar alguns aspectos da evolução da economia brasileira durante a década de 90, procurando destacar a seguinte interrogativa: seria a década de 90 uma década perdida para a economia brasileira? Com este escopo, procura-se neste artigo expor, inicialmente, os cenários de evolução da política brasileira ao longo do período em destaque (Governo Collor de Mello, Governo Itamar Franco e Governo Fernando Henrique Cardoso). A seguir, será feita uma análise mais específica, destacando as transformações básicas ocorridas ao longo dos anos 90, quais sejam: o processo de abertura comercial - desencadeado em 1988 e aprofundado no Governo Collor - buscando-se analisar os impactos desse processo na economia brasileira, através dos resultados obtidos na Balança Comercial; a estabilização dos preços - em vigor desde o início do Plano Real, em 1994 - no qual se analisará "o represamento" da inflação e o resultado obtido por esta estabilização frente aos indicadores do crescimento econômico; a privatização das empresas estatais do setor produtivo, destacando-se seu efeito no mercado de

---

\* Mestranda em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará.

\*\* Professor Adjunto da UNIOESTE - Toledo - Rua da Faculdade, 2550 - Jardim La Salle, CEP: 85900-970, Toledo - Paraná. *E-mail:* pflashiki@unioeste.br

trabalho brasileiro. Para concluir essa análise, buscar-se-á contrapor os indicadores do desemprego aos índices do PIB, a fim de identificar a relação existente entre essas variáveis econômicas.

## **2. As Transformações Básicas Ocorridas ao Longo dos Anos 90 na Economia Brasileira**

A década de 90, iniciou-se com o governo, deveras polêmico, de Fernando Afonso Collor de Mello<sup>1</sup> (15.03.1990 a 02.10.1992), que tinha como preocupação básica o combate à inflação e, através de um amplo conjunto de reformas, alterou significativamente a política cambial do País com a adoção do sistema de câmbio flutuante. Esse Governo também foi o responsável pelo início da abertura comercial brasileira. O Presidente Collor, no dia seguinte à sua posse, lançou seu programa de estabilização - o Plano Collor - que se baseava em um inédito confisco monetário, no qual tentou combinar uma política de estabilização com importantes reformas estruturais, como a abertura comercial e o processo de privatização. Neste sentido, segundo GREMAUD *et al.* (1996), as principais medidas adotadas com o propósito de romper com a indexação da economia foram:

- Reforma monetária, que centrou-se basicamente na drástica redução da liquidez da economia, visava evitar as pressões de consumo e devolver a capacidade do Banco Central de fazer política monetária ativa;
- Reforma administrativa e fiscal, que tinha como objetivo promover um ajuste fiscal da ordem de 10% do PIB, eliminando um déficit projetado de 8% do PIB e gerar um superávit de 2%. Além disso, no âmbito da reforma administrativa, promover-se-ia o programa de privatização e a melhoria dos instrumentos de fiscalização e de arrecadação, a fim de diminuir a sonegação e as fraudes e aumentar a eficiência da administração do setor público, reduzindo seus gastos;
- Congelamento de preços e desindexação dos salários em relação à inflação passada;

---

<sup>1</sup> O Governo Collor foi o primeiro governo civil brasileiro eleito por voto direto desde 1960, e escolhido de acordo com as regras da Constituição de 1988, com plena liberdade partidária e eleição em dois turnos. Devido às suspeitas de corrupção no governo (que se transformaram em denúncias), no dia 2 de outubro de 1992, Collor foi afastado do governo, e seu vice, Itamar Franco, assume o governo.

- Mudança do regime cambial para um sistema de taxas flutuantes, definidas livremente no mercado;
- Mudança na política comercial, dando início ao processo de liberalização do comércio exterior. De acordo com a política de comércio exterior (Governo Collor), a tarifa aduaneira e a taxa cambial passaram a ser os únicos instrumentos de proteção à produção doméstica, já que foram extintos os controles quantitativos.

O Plano Collor não logrou sucesso no que tange a uma de suas metas básicas, a estabilização de preços e o controle da inflação. Como se pretendia fazer uma política monetária ativa, deveriam ter sido retiradas do mercado monetário todas as imperfeições, porém, não se observou qualquer alteração neste mercado, nem a instituição de regras para a expansão monetária. Ou seja, não se criaram mecanismos para viabilizar o controle de fluxos. Além disso, iniciou-se logo após o Plano, a devolução gradual da liquidez, através das chamadas “torneirinhas” do Banco Central (BACEN), o que levou à grande expansão da mesma nos meses subsequentes. Isso ocorreu de forma direcionada e desproporcional entre os setores da economia (GREMAUD *et al.*, 1996). Essa política culminou com uma recessão comparável à registrada no início da década de 80 (com o PIB registrando índices negativos de  $-4,30\%$ , em 1990, e  $-0,54\%$ , em 1992).

Por outro lado, através de uma substancial elevação das taxas reais de juros, os recursos externos fluíram para a economia brasileira. Isso permitiu um aumento considerável das reservas internacionais de US\$ 8,8 bilhões, em abril de 1991, para US\$ 23,7 bilhões, em dezembro de 1992 (SAYAD & SILBER, 1998).

O período Collor de Mello, apesar de marcado pela crise política do *impeachment*, trouxe à tona a discussão sobre a privatização e a mudança na estratégia de comércio exterior, com a liberalização das importações (a chamada abertura comercial). Em 1991, com as dificuldades enfrentadas pelo plano de estabilização (que não acaba com a inflação e aumenta a recessão), e as suspeitas de envolvimento de ministros e altos funcionários em uma grande rede de corrupção, teve início a queda de Collor. As suspeitas transformaram-se em denúncias, graças à imprensa, e, em 26 de maio de 1992, o Congresso Nacional instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Após um processo de comprovação das acusações e da mobilização da

sociedade, o Congresso Nacional vota favoravelmente ao *impeachment* presidencial.

A partir de 1992, já no governo de Itamar Franco<sup>2</sup> (1992 à 1995), dois importantes fatos merecem destaque: o Plebiscito (1993) e o Plano Real (1994). Em abril de 1993, o governo fez um Plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. Em função do resultado dessa consulta, é mantido o regime republicano e presidencialista de governo.

No campo econômico, uma grande dificuldade enfrentada pelo governo Itamar foi a falta de resultados em relação ao combate da inflação. Assim, após sucederem-se vários Ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso é nomeado para o cargo e, em 1º de julho de 1994, foi implantado o Plano Real.

Com o “apoio” de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso é eleito Presidente da República, em 1994, sendo um dos pontos fortes de sua campanha o fato de ter sido este um dos condutores do Plano Real. As principais medidas de seu governo eram ligadas à estabilidade econômica e às reformas constitucionais, que tinham como objetivo atrair investimentos estrangeiros para o País. Grandes empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce, são privatizadas e uma das grandes dificuldades, enfrentadas por este governo, é a crise financeira mundial. Após a concentração de esforços, por parte do governo, para a aprovação da Emenda, que permite a reeleição dos ocupantes de cargos executivos, e com o trunfo econômico do sucesso no combate à inflação, o presidente Fernando Henrique Cardoso é reeleito para mais um mandato de quatro anos, nas eleições de 1998.

Nesse contexto, a economia brasileira passou por profundas transformações ao longo dos últimos 10 anos. O processo de abertura comercial, a privatização das empresas estatais do setor produtivo e a estabilização dos preços geraram um aumento significativo no grau de concorrência da economia, tanto externa como internamente, obrigando as empresas a perseguirem padrões de competitividade e

---

<sup>2</sup> Itamar Franco assumiu a Presidência em caráter definitivo em 29 de dezembro de 1992 e deixou o governo em 1º de janeiro de 1995, com o índice de popularidade entre os mais altos da república.

eficiência antes explorados, apenas, pelos segmentos mais diretamente integrados ao comércio internacional (RAMOS & REIS, 1998).

No que diz respeito à abertura comercial brasileira, conforme BARROS *et al.* (1996), a economia brasileira era caracterizada, tradicionalmente, como sendo altamente protegida, com um pequeno grau de exposição à concorrência internacional, já que o processo de substituição de importações, que vigorou durante várias décadas, gerou um parque industrial diversificado e integrado e foi responsável por um elevado nível de proteção à indústria (visava-se criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma indústria local).

O processo de abertura comercial iniciou-se nos dois últimos anos da década de 80, durante o governo de José Sarney (15 de março de 1985 à 15 de março de 1990), com um amplo processo de reforma da política comercial brasileira, objetivando uma maior liberalização comercial. Desta forma, o governo deu os primeiros passos para tornar a estrutura tarifária mais transparente, efetuando a redução das alíquotas de diversos produtos. No governo Collor, em 1990, esse processo foi aprofundado, sendo que as principais medidas adotadas foram:

- A extinção das barreiras remanescentes dos períodos anteriores;
- Implementação de um programa de desgravação tarifária, com redução generalizada de alíquotas;
- Eliminação de alguns regimes aduaneiros especiais;
- Estabelecimento de um regime de câmbio com taxas flutuantes.

BARROS *et al.* (1996), salienta que esse conjunto de medidas fez com que o país transitasse de uma fase, onde prevaleceram políticas protecionistas, para outra onde as diretrizes foram no sentido de aumentar a exposição da economia brasileira à concorrência internacional. Com a introdução do Plano Real (em 1994), conforme KUME (1998), a abertura comercial foi intensificada em função de três fatores simultâneos, quais sejam: a necessidade de impor maior disciplina aos preços domésticos dos produtos importáveis, através do acirramento da competição externa, o que levou a reduções tarifárias; a desproteção cambial provocada pela valorização do Real frente ao Dólar e a queda nas alíquotas do imposto de importação, decorrente da implementação da tarifa externa comum ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

KUME (1998), ainda ressalta que, com estas medidas, as importações alcançaram US\$ 33,1 milhões em 1994. A condução da política de importações, a partir desse ano, foi alicerçada pelo objetivo de garantir o sucesso da estabilização de preços. As reduções significativas nas tarifas, conjugadas à forte valorização cambial, conduziram a economia brasileira a uma exposição intensa à concorrência externa, o que gerou pressões protecionistas. A fim de atender a uma maior demanda e manter as importações em níveis compatíveis com um saldo comercial equilibrado (já que se registrou um déficit na balança comercial de US\$ 3,158 milhões, em 1995), o governo elevou as alíquotas de importação dos principais produtos responsáveis pelas altas taxas de crescimento. Por outro lado, para impedir aumentos abusivos nos preços domésticos, o governo reduziu as alíquotas de um grupo de insumos. Na Tabela 1, observando-se os indicadores da balança comercial brasileira ao longo das duas últimas décadas, pode-se ter uma visão mais ampla dos impactos da abertura comercial na economia brasileira.

A Tabela 1, apresenta a evolução das importações e exportações brasileiras ao longo das décadas de 80 e 90. Pode-se constatar uma tendência de crescimento das exportações por praticamente todo o período, sendo a taxa geométrica de crescimento da ordem de 11% ao ano<sup>3</sup>. Em relação às importações, percebe-se períodos de acentuado crescimento, como no começo da década de 90, alternando com períodos de queda, principalmente no início da década de 80. A análise desse quadro permite constatar que o processo de abertura coincide com a ruptura da tendência decrescente das importações que marcou o início da década de 80. As importações apresentaram, a partir de 1988, uma tendência de crescimento, que é acentuada em 1993, provocando queda no superávit comercial e até um déficit em 1995; o primeiro depois do verificado no ano de 1980, acentuando-se uma onda de déficits nos anos seguintes. Vale ressaltar, que a média das exportações aumentaram 46% na década de 90 em relação à década de 80. Já a média das importações aumentaram em torno de 92% no mesmo período, o que corrobora no crescimento superior no valor das importações, em relação às exportações e explica a queda

---

<sup>3</sup> Resultado obtido através da função exponencial  $Y = a \cdot b^t$ , onde t= tempo. Como  $\ln Y = \ln a + \ln b \cdot t$ , a taxa de crescimento,  $g = (\text{anti } \ln b - 1) \times 100$ .

substancial de 44% no saldo médio da balança comercial nos anos 90, em relação aos anos 80.

**TABELA 1 - Balança Comercial Brasileira (Us\$ Milhões)**

Período	Exportação (total)	Importação (total)	Saldo
1980	20.133	22.954	-2.821
1981	23.292	22.092	1.200
1982	20.176	19.395	781
1983	21.899	15.429	6.469
1984	27.006	13.916	13.088
1985	25.642	13.154	12.487
1986	22.349	14.045	8.305
1987	26.224	15.053	11.171
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.862	20.554	15.308
1993	38.597	25.659	12.938
1994	43.545	33.105	10.440
1995	46.506	49.664	-3.158
1996	47.747	53.301	-5.554
1997	32.142	37.178	-5.036
1998	27.838	30.750	-2.912
Média de 1980 à 1989	25.489	16.890	8.598
Média de 1990 à 1998	37.252	32.434	4.817

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA, (Jul., 1999).

No que tange à estabilização dos preços, o Plano Real pode ser considerado como o programa de estabilização mais bem sucedido das três últimas décadas, o qual beneficiou-se das reformas estruturais que o antecederam (abertura comercial e financeira, renegociação dos compromissos externos e esboço de privatização).

De acordo com URANI (1998), o Plano Real dividiu-se em quatro etapas básicas, quais sejam:

- Reordenamento fiscal preparatório para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União. Paralelamente, procurou-se acumular reservas cambiais a fim de dar suporte ao Banco Central para administrar as políticas monetária e cambial (através do Plano de Ação Imediata e da introdução do Fundo Social de Emergência);

- A adoção de um superindexador, a Unidade Real de Valor (URV) – tentativa de eliminar a inércia inflacionária – com a indexação completa da economia, onde o objetivo era promover todos os ajustes de preços relativos com base nesta moeda indexada e acomodar a participação de diversos agentes na renda, eliminando o conflito distributivo;
- O lançamento, em 1º de julho de 1994, de uma nova moeda, o Real, pelo qual foram convertidos todos os contratos anteriormente expressos em URV; e,
- A implementação, através de um longo e difícil processo de negociação, de reformas estruturais básicas, como a Reforma da Previdência e o prosseguimento do processo de privatização, visando criar as condições para a retomada do crescimento sustentável.

A recuperação da confiança na moeda nacional, por meio da garantia de seu valor externo, foi o método básico do Plano Real. A estabilização da taxa de câmbio nominal (a “âncora” do Plano) foi garantida por um financiamento adequado em moeda estrangeira e por um montante de reservas capaz de desestimular a especulação contra a paridade escolhida.

Além disso, procurou-se, através de uma política de taxas de juros reais elevadas, evitar o erro dos choques heterodoxos anteriores – a grande expansão do crédito e da demanda pós queda da inflação – porém, essa medida mostrou-se insuficiente e verificou-se uma expansão da demanda com a queda da inflação, destacando-se o setor de bens de consumo duráveis. Esse aumento da demanda ocorreu em função de grande expansão do crédito, o que revelou a insensibilidade do consumidor frente a taxa de juros real.

De acordo com BELLUZZO (1999), no que diz respeito ao combate da inflação, o programa obteve um sucesso incontestável. A conversão dos salários pela média e a criação da URV desempenharam um papel importante na coordenação das expectativas, o que foi essencial para garantir informações de boa qualidade aos formadores de preços e para criar as condições de “conversão” dos contratos, eliminando as “causas” da indexação. Assim, a “desinflação” foi rápida, ou seja, a inflação caiu rapidamente de uma média anual de 1.093,9%, em 1994, para 14,8% em 1995, o que pode ser melhor visualizado na Tabela 2.



**TABELA 2** -Brasil: Taxas Anuais de Inflação(dez./dez.)-1990 - 1999

Anos	Taxas de Inflação (%) em 12 Meses
1990	1.476,7
1991	480,2
1992	1.157,8
1993	2.708,2
1994	1.093,9
1995	14,8
1996	9,3
1997	7,2
1998	3,9
1999 <sup>1</sup>	7,52
Média	695,9

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (Vários Números, 1999)

<sup>1</sup> – Média dos sete primeiros meses do ano de 1999.

Pode-se verificar, na Tabela 2, uma queda considerável da inflação em 1991 (passando de 1.476,7%, em 1990, para 480,2% em 1991), devido a uma política ortodoxa de controle da demanda agregada – adotada no governo Collor – acompanhada da continuidade da abertura comercial, do aprofundamento da abertura financeira e da renegociação da dívida externa (URANI, 1998). Em 1992, a inflação volta a elevar-se, chegando, em 1993, a uma taxa de 2.708,2% ao ano, o que representa uma inflação média em torno de 7,5% ao dia. Esse foi o maior índice de inflação registrado no País ao longo das últimas décadas. Com a implantação do Plano Real – em julho de 1994 – a inflação apresentou uma queda já em 1994, de 59%, em relação à 1993. Essa queda se acentua nos anos seguintes, chegando a um índice de 3,9% no ano de 1998. Esses valores vêm corroborar o sucesso do Plano Real no que se refere à sua meta primordial, a estabilização dos preços e o combate à inflação.

Quanto ao *trade-off* entre inflação e desemprego - o que evidencia o caráter empírico da Curva de Phillips - verifica-se na década de 90 um não ajustamento como o observado na década de 80 (cuja única exceção coube ao ano de 1986, na ocorrência do Plano Cruzado) (vide SCHLINDWEIN, 1999). Conforme os dados da década de 90, o desvio da curva, que aponta uma espécie de

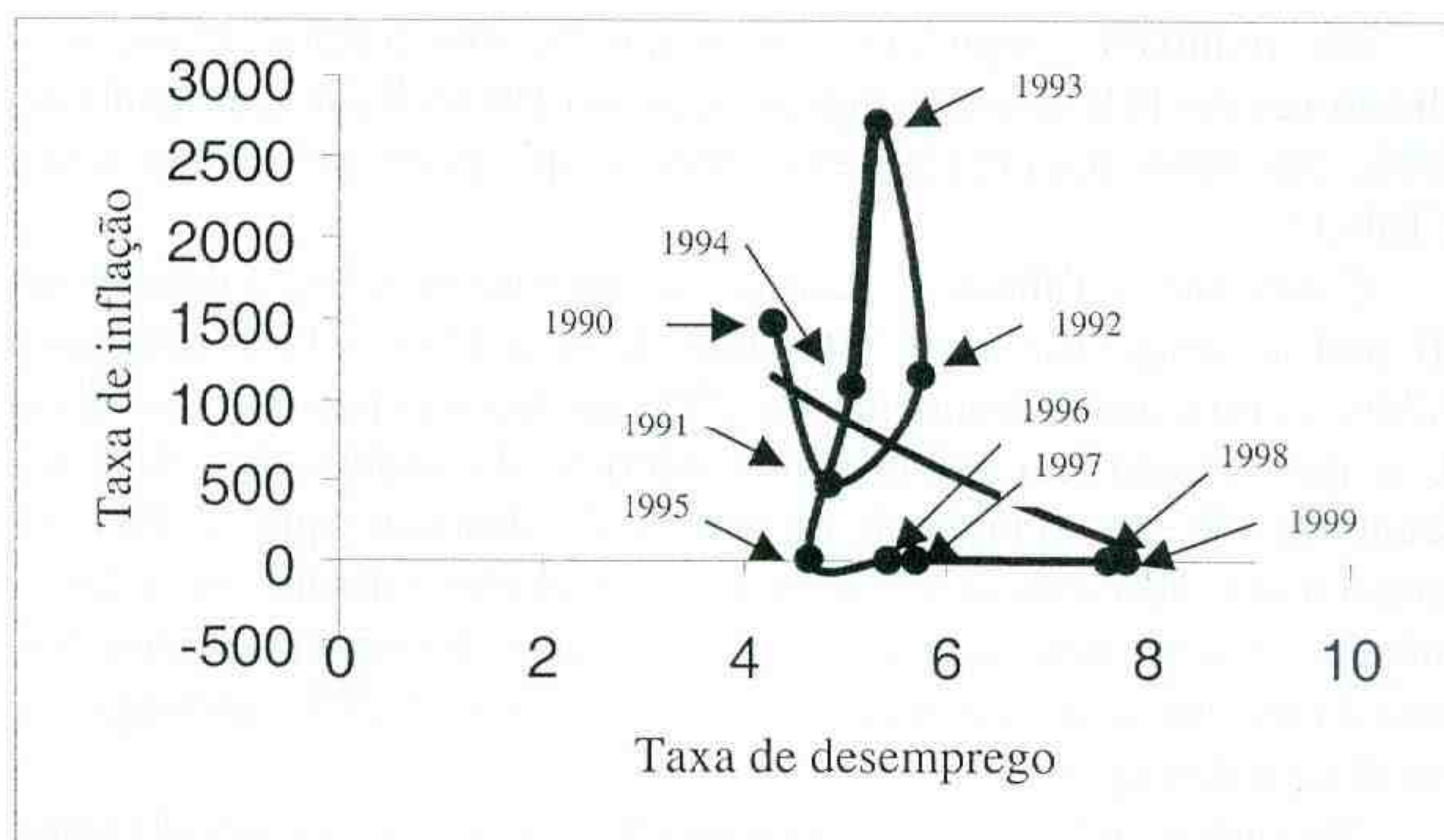
ajustamento da curva estabelecida pela combinação da inflação e desemprego, é agora maior *vis-à-vis* à década de 80 (Figura 1). Dessa forma, houve relativa similaridade entre os dados de desemprego nos anos de 1992, 1993, 1994, 1996 e 1997 (na faixa de 5%)<sup>4</sup> e as taxas de inflação relativamente distintas, isto é, consideradas “altas” para os três primeiros anos (acima de 1.000%) e “baixas” (abaixo de 10%) para os dois últimos anos supracitados.

Nos cinco primeiros anos da década de 90 – de 1990 a 1994 – os índices de inflação e desemprego não apresentaram uma relação direta com a curva de Phillips, ou seja, não se verificou a relação inversamente proporcional entre essas variáveis, expressa através dessa curva (onde taxas de inflação elevadas condizem com índices baixos de desemprego e vice-versa). Já nos anos de 1995 a 1998 observou-se uma relação direta com a curva de Phillips, com índices de inflação e desemprego que apresentam a relação expressa por essa curva, ou seja, a redução nos índices de inflação corresponde a aumentos nos índices de desemprego.

Outrossim, *vis-à-vis* ao grande sucesso obtido no combate da inflação, para um país que experimentou uma das maiores inflações da história mundial, foi um grande resultado ter passado de níveis hiperinflacionários para uma taxa em torno de um dígito ao ano, num período de apenas quatro anos. Contudo, a persistente sobrevalorização cambial e a aceleração da abertura às importações produziram grandes desequilíbrios externos. A falta de rigor no controle das contas públicas e as elevadas taxas de juros internas conduziram à ampliação do *déficit* fiscal e da dívida pública interna de curto prazo. Como conseqüência, a economia brasileira tornou-se financeiramente vulnerável e muito dependente da disponibilidade de recursos externos (BATISTA JR., 1999).

---

<sup>4</sup> 5,7% em 1992, 5,3% em 1993, 5% em 1994, 5,4% em 1996 e 5,7% em 1997.



FONTE: Dados da Pesquisa

FIGURA 1 – Estimativa da curva de Phillips para o Brasil - década de 90.

Entrementes, o sucesso inicial no que diz respeito à estabilização deveria ter sido utilizado para acelerar as reformas estruturais com o objetivo de consolidar a estabilização e permitir a retomada do crescimento sustentável. Porém, isso não ocorreu.

TABELA 3 - Taxas de Variação do Pib Real (Em %) – Total, por Setores e *Per Capita* – Ao Longo da Década de 90.

Anos	Indústria	Serviços	Agropecuária	Total	PIB <i>Per capita</i> (US\$) <sup>1</sup>
1990	- 8,20	- 0,80	- 3,70	- 4,30	3.219
1991	0,26	1,96	1,37	1,03	2.764
1992	- 4,22	1,52	4,89	- 0,54	2.694
1993	7,01	3,21	- 0,07	4,92	2.901
1994	6,73	4,73	5,45	5,85	3.569
1995	1,91	4,48	4,08	4,22	4.554
1996	3,73	1,87	4,06	2,76	4.920
1997	5,52	1,24	2,69	3,68	5.037
1998	- 1,16	0,67	0,18	0,12	4.798
Média	1,28	2,09	2,10	1,97	3.828

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (Ago., 1999)

<sup>1</sup> PIB em US\$ milhões dividido pela população.

Na realidade, registra-se uma queda, em termos reais, nos indicadores do PIB desde a implantação do Plano Real (passando de 5,85%, em 1994, para 0,12%, em 1998), o que pode ser melhor visto na Tabela 3.

Conforme a Tabela 3, verifica-se um medíocre crescimento do PIB real ao longo dos anos 90. Entre 1990 a 1998 o PIB aumentou 17,74% contra um crescimento de 27% no mesmo período dos anos 80, o que denota um crescimento inferior, da ordem de -34% na década de 90 em relação à de 80. Vale destacar que o PIB da agropecuária apresentou o melhor desempenho (dentro os setores analisados), com uma média de 2,10%, o pior desempenho ficou por conta da indústria, com um crescimento médio de 1,28%, ao longo do período em destaque.

No que se refere à privatização das empresas estatais do setor produtivo – terceiro ponto chave no desenrolar da economia brasileira, na década de 90 – a recente história da estabilização econômica brasileira e a redefinição do Estado, para adequá-lo à função de agente regulador e fiscalizador, estão intimamente relacionados ao discurso em voga nos anos 80, de que os desequilíbrios nas contas públicas dificultariam a retomada do desenvolvimento sustentado. Assim, foram apontadas duas soluções: uma reforma fiscal que recuperasse níveis históricos de poupança pública, redistribuindo a carga tributária, reduzindo a excessiva incidência sobre os assalariados e um ajuste do tamanho do Estado através de reduções e cortes lineares, minimizando a sua intervenção no setor produtivo (GREMAUD *et al.*, 1996).

Neste contexto, as privatizações entram como parte da segunda solução. Sendo introduzidas em 1985, pelo Governo Sarney, e redefinidas em 1990, pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), já no Governo Collor de Mello, tornaram-se parte essencial das reformas estruturais com o objetivo de modernizar a economia brasileira e preparar as condições para a recuperação do crescimento econômico, depois de uma década considerada “perdida”, com um índice de crescimento médio em torno de 3,02%.

Observou-se, no Governo Sarney, um apoio apenas moderado à venda de empresas estatais e uma baixa receptividade à privatização de serviços públicos, o que explica as primeiras empresas incluídas no

programa terem sido fundamentalmente dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes (NICHOLS, 1997).

Instituído com a regulamentação da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, o PND – tendo como gestor o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – foi anunciado como a principal reforma modernizante do Governo Collor, associando-se a uma nova política industrial promotora do progresso tecnológico e do aumento da competitividade. Ao final do Governo Itamar, que sucedeu Collor, 16 processos de desestatização haviam sido concluídos, somando US\$ 3,9 bilhões que, se comparados aos resultados do governo anterior (17 privatizações, totalizando US\$ 549 milhões), dão uma idéia da mudança de patamar que significou o PND (NICHOLS, 1997).

**TABELA 4 - Brasil – Taxa de Desemprego Aberto<sup>1</sup> - Total e por Setores (Fibge), em %**

Anos	Brasil	Indústria	Serviços	Comércio
1990	4,28	5,45	3,20	4,49
1991	4,83	6,38	3,54	5,32
1992	5,75	7,52	4,20	6,20
1993	5,32	6,51	3,92	5,64
1994	5,06	6,15	3,84	5,40
1995	4,64	5,77	3,55	5,02
1996	5,42	6,88	4,36	6,08
1997	5,70	6,92	4,45	6,35
1998	7,60	8,96	6,04	7,97
1999 <sup>2</sup>	7,78	8,45	6,25	8,17
Média	5,63	6,89	4,33	6,06

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (Ago., 1999)

<sup>1</sup> Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;

<sup>2</sup> Média dos sete primeiros meses de 1999.

De acordo com os objetivos do PND, todo o resultado financeiro das privatizações se destinaria à redução da dívida pública, interna e externa. Porém, o próprio governo reconheceu que a privatização, por si só, não resolveria o problema do déficit público. Conforme NICHOLS (1997), com relação ao impacto do processo de privatização no emprego, já há evidências quanto à melhoria do

desempenho das antigas estatais. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a eficiência das empresas privatizadas dobrou, entre 1991 e 1994, se a medida for a relação vendas/empregado; e aumentou 83%, se utilizado o índice produtividade da mão-de-obra. Além disso, a lucratividade passou a ser positiva, o patrimônio líquido quase quintuplicou e o endividamento sobre a liquidez caiu.

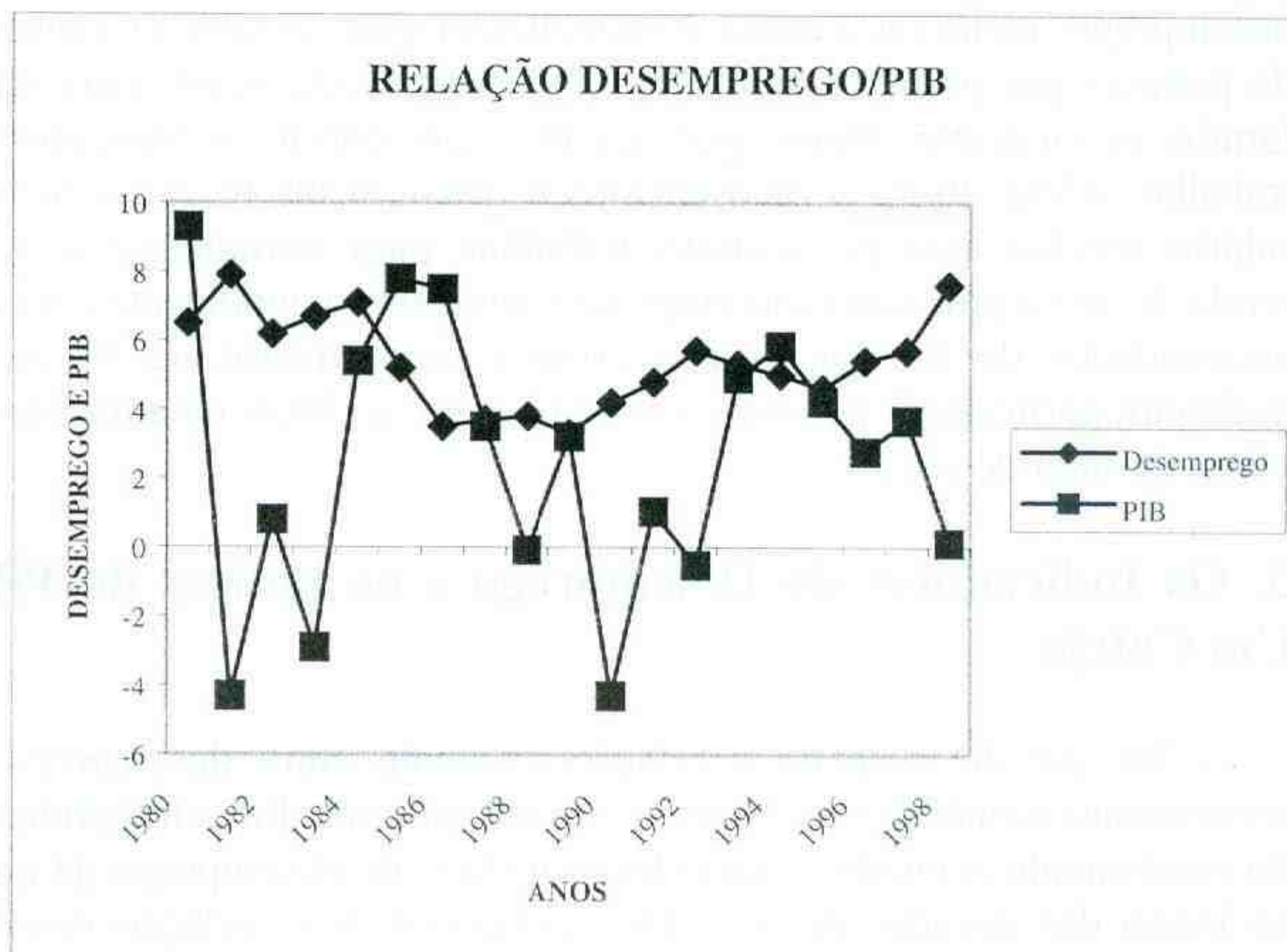
Com relação ao desemprego, ocorreu uma queda no número de empregados, em média de 49%, do período pré-privatização para o imediatamente posterior. A explicação para isto seria a existência de um excedente de funcionários comum às estatais.

Pode-se verificar, na Tabela 4, um certo aumento do nível de desemprego ao longo dos anos 90, passando de uma taxa de 4,28%, em 1990, para 7,60% em 1998. A indústria é o setor que apresentou o maior índice médio de desemprego ao longo da década (6,89%) e o setor serviços, o menor (4,33%). Vale ressaltar que a taxa média de desemprego, registrada na década de 90, de 5,63%, é maior que a registrada na década de 80, 5,20%.

Segundo a supervisora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Rosane de Almeida Maia, citada por NICHOLS (1997), a privatização não necessariamente é determinante no crescimento do desemprego, mas as novas técnicas de gestão e tecnologias, introduzidas pelas novas administrações, somadas à política recessiva adotada no início da década de 90, provocaram significativa queima de postos de trabalho. Neste contexto, sendo o crescimento econômico um forte condicionante no aumento do índice de emprego, seria necessário um crescimento superior a 6% ao ano para compensar os ganhos de produtividade, gerados pelas inovações tecnológicas e organizacionais e pelo crescimento demográfico. A relação entre o PIB e o desemprego pode ser visualizada na Figura 2.

A Figura 2 reforça a importância do crescimento econômico para que ocorra redução nos índices de desemprego. Pode-se verificar, com essa Figura, uma relação inversa entre esses dois importantes indicadores econômicos, ou seja, quando o PIB está elevado, por exemplo, 9,3% em 1980, o desemprego está relativamente baixo, 6,5%. No ano de 1981, quando o PIB apresentou uma queda significativa para -4,3%, o desemprego elevou-se para 7,9%, relação

esta que pode ser verificada ao longo de todo o período em análise (1980 à 1998).



**FIGURA 2** - Relação entre Desemprego e PIB ao longo das Décadas de 80 e 90.

A redução nos níveis de desemprego não será atingida a menos que se persiga, com determinação, a geração de empregos com políticas públicas abrangentes e consistentes. Não obstante, sendo a recuperação do crescimento econômico importante para a redução na taxa de desemprego, deve-se reconhecer que só ela não é suficiente; isto devido às mudanças tecnológicas e estruturais às quais a economia brasileira está sendo submetida e à dificuldade de ajustamento rápido do mercado de trabalho face a essas mudanças. Torna-se necessário, então, flexibilizar as regras de contratação e reduzir encargos trabalhistas de forma a facilitar tais ajustes.

Para Pochmann, citado por SOLIANI (1998), entre 1945 e 1990, em média, para cada 1% de crescimento do PIB, o número de

empregados crescia 0,4%. Nos anos 90, para cada 1% de crescimento, o emprego aumentou apenas 0,1%. Isto significa que o esforço de crescimento precisa ser maior do que antes para absorver a mesma quantidade de mão-de-obra. Crescer não é a única solução para o desemprego; melhorar a renda do trabalhador pode diminuir o número de pessoas que procuram trabalho. Com uma renda maior, para uma família se sustentar, menos pessoas precisam entrar no mercado de trabalho. Além disso, se aposentados e pensionistas recebessem um salário melhor não precisariam trabalhar para complementar sua renda. E, se os pais tivessem emprego e um salário condizente com as necessidades da família, muitas crianças com menos de 14 anos poderiam permanecer por mais anos na escola, ao invés de aumentar a oferta de mão-de-obra.

### **3. Os Indicadores do Desemprego e os Índices do Pib: Um Cotejo**

No que diz respeito à relação existente entre desemprego e crescimento econômico, confirmou-se com este trabalho a importância do crescimento econômico na redução da taxa de desemprego, já que, ao longo das décadas de 80 e 90, verificou-se uma relação inversa entre esses importantes indicadores econômicos. Nos anos em que o PIB estava elevado, o desemprego apresentou índices relativamente baixos e, quando as taxas de crescimento do PIB caíram, os índices do desemprego se elevaram.

As décadas de 80 e 90, desenrolaram-se num ambiente de crescente instabilidade macroeconômica. Nos anos 80, houve os vários Planos de estabilização econômica com uma sucessão de “choques”; nos anos 90 houve, as profundas transformações ocorridas na economia brasileira, quais sejam: a abertura comercial; a privatização de grande parte das empresas estatais e a estabilização dos preços.

Neste contexto, a década de 80 foi considerada como a “década perdida”, devido a seu fraco desempenho econômico. Porém, comparando-se os dois períodos, verifica-se, através da maioria dos indicadores, que a década de 90 apresentou um desempenho pior (a máxima popular: “não reclama que piora”). O PIB alcançou um



crescimento de 27% entre 1980 e 1988, e um crescimento de 17,7% entre 1990 e 1998, o que denota um crescimento inferior de -34% nos anos 90 em relação aos anos 80. Com relação ao desemprego, também verificou-se uma piora. Até a inflação, que foi controlada na década de 90, com o Plano Real, se comparados os dois períodos, a taxa média de inflação dos anos 90 foi superior à registrada nos anos 80. Com esses resultados, poder-se-ia caracterizar a década de 90 como “mais perdida” do que a década de 80.

Porém, esses indicadores não são suficientes para rotular os anos 90 como perdidos. É preciso avaliar a capacidade de crescimento futuro da economia, após as reformas institucionais e econômicas dos anos 90 (lembrando, o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG - foi recessivo mas, consolidou as bases para reformas institucionais que serviram, em muito, para o *take-off* da economia brasileira no período posterior, conhecido como “milagre”). O resultado da atual crise dirá se o sacrifício terá valido a pena, ou se essa será mais uma “década perdida”. Caso seja corrigido o *déficit* público e garantida a estabilidade da economia, os resultados econômicos medíocres do período, será o custo para garantir a volta do crescimento sustentável. Neste ínterim, os anos 90 podem ser definidos como um período de transição para o Brasil. Um modelo de economia fechada, baseado na intervenção estatal, foi substituído por um modelo de economia aberta, baseado na iniciativa privada.

Por fim, propõe-se a realização de novos trabalhos para avaliar o desempenho da economia brasileira, dadas as reformas e transformações ocorridas, principalmente ao longo dos anos 90. Assim, ter-se-á maior segurança para caracterizar a década de 90 como “perdida”, talvez até “mais perdida” do que a década de 80.

#### **4. Considerações Finais**

O objetivo geral deste trabalho foi analisar alguns aspectos da evolução da economia brasileira durante a década de 90, procurando destacar a seguinte interrogativa: foi a década de 90 uma década perdida para a economia brasileira?

Pode-se constatar que, com relação ao desemprego, a década de 90 mostrou-se menos promissora do que a de 80, ou seja, a taxa média de desemprego nos anos 90, de 5,6%, foi superior à registrada na

década de 80, 5,2%. É importante frisar a ocorrência de um comportamento oposto dos níveis de desemprego nas duas últimas décadas. Nos anos 80, não se constatou um agravamento nos índices de desemprego, os quais sofreram redução significativa, passando de 7,9%, em 1981, para 3,3%, em 1989. Já na década de 90 pode-se observar um comportamento inverso, constatando-se uma taxa de desemprego de 4,2% em 1990, taxa essa que se elevou, chegando, em 1998, a 7,6%.

Com relação às influências da abertura comercial brasileira, iniciada no final da década de 80, pode-se constatar que a adoção de algumas medidas básicas como: a extinção de barreiras, a redução de alíquotas tarifárias e o estabelecimento de um regime de câmbio com taxas flutuantes, ampliaram a exposição da economia brasileira à concorrência internacional e elevaram, de forma considerável, o valor das importações em relação às exportações, principalmente na década de 90, com a implantação do Plano Real. A partir de então, a condução da política de importações passou a ser dominada pelo objetivo de garantir o sucesso da estabilização de preços. A intensa exposição da economia brasileira à concorrência externa fez com que a segunda metade da década de 90 fosse marcada por sucessivos déficits no saldo da balança comercial. Observou-se também uma queda substancial de 44% no saldo médio da balança comercial nos anos 90 *vis-à-vis* aos anos 80. Isto significa dizer que a abertura comercial trouxe sérias implicações no que diz respeito ao equilíbrio da balança comercial brasileira e, indiretamente, ao nível de emprego, posto ter havido um relativo consumo de bens e serviços oriundos do exterior.

Com relação à influência desse processo sobre o desemprego, pode-se destacar que a abertura comercial trouxe à tona uma realidade pouco conhecida pela maioria dos brasileiros, isto é, os bens e serviços produzidos lá fora, na sua maioria, eram de melhor qualidade e bem mais baratos que os nacionais. Isso fez com que o consumo de produtos importados se elevasse, prejudicando e até fechando muitas empresas nacionais, com o que milhares de trabalhadores começaram a perder seus empregos.

Vale ressaltar que, diante da revolução tecnológica e da globalização da economia, apesar da abertura comercial trazer impactos negativos, não tem como voltar atrás, sendo necessário se

adequar aos novos tempos e encontrar outro caminho para resolver os problemas do emprego no Brasil. Portanto, exigem-se a manutenção da estabilidade econômica, o aumento da poupança destinada aos investimentos produtivos, uma redução da carga tributária para quem produz, um corte de despesas e vazamentos nos orçamentos públicos e uma maior flexibilidade da nossa legislação trabalhista, a fim de incorporar mais gente no mercado formal de trabalho.

O processo de privatização, por sua vez, é uma parte essencial das reformas estruturais básicas adotadas com o intuito de modernizar a economia brasileira, além de preparar as condições necessárias para a recuperação do crescimento econômico. Já é evidente a melhoria do desempenho das antigas estatais, sendo a readequação do número de funcionários parte da modernização das mesmas. A privatização, por si só, não é determinante no crescimento do desemprego, mas as novas técnicas de gestão e tecnologias, introduzidas pelas novas administrações, somadas à política recessiva adotada no início da década de 90, provocaram significativa redução de postos de trabalho.

## **5. Referências Bibliográficas**

- BARROS, Ricardo Paes de *et al.* O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. (24 : 1996 : São Paulo) **Anais**. São Paulo, ANPEC, v.1, 1996. p. 534-552.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Brasil depois do Plano Real. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v.3, n. especial, mar. 1999. p. 95-107.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Plano Real: do sucesso ao impasse. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v.3, n. especial. mar. 1999. p. 79-93.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, vários números. 1999.
- GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandorval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração**. São Paulo: Atlas, 1996.
- KUME, Honório. A política de importação no Plano Real e a estrutura de proteção efetiva. In. **A Economia Brasileira em Perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, v.1, 1998. p. 147-169.
- NICHOLS, Giselli. A luta do estado para conjugar leveza e força. **Rumos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, a. 21, n. 139, ago. 1997. p.24-28.
- RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. Emprego no Brasil nos anos 90. In. **A Economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, v. 2, 1998. p. 501-531.

- SAYAD, João; SILBER, Simão Davi. Comércio internacional. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandorval de, (Orgs.). **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 459 - 482.
- SCHLINDWEIN, M. M. **Análise comparativa do desemprego no Brasil durante as décadas de 80 e 90**: implicações e panoramas econômicos. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Humanas e Estudos Sócios Econômicos, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Toledo, 1999.
- SOLIANI, André. PIB cresce menos que na “década perdida”. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 27 set. 1998.
- URANI, André. Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. -1981/95. In. **A economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, v.1, 1998. p. 57-112.